

EAD E INCLUSÃO DIGITAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AUTONOMIA**DISTANCE LEARNING AND DIGITAL INCLUSION: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FOR AUTONOMY** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.011-037>**Andreia Pacheco de Almeida**

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: andreia.p.almeida2025@gmail.com

Aurora de Castro Pantoja

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: auroradecastropantoja@gmail.com

Adrielle Silva Pinheiro

E-mail: adriellesp84@gmail.com

Cindy Izabelle Hage Pantoja

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: cursoderedacaoprofcindyhage@gmail.com

Zuziane Ferreira da Rocha

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: zuzianerocha2@gmail.com

Elizete Ferreira Moraes Barbosa

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: prof.elizetemoraes@gmail.com

Emanuelle Ferreira Moraes Barbosa

Graduandos da Universidade do Estado do Pará.
E-mail: manumoraes1212@gmail.com

Francinete de Jesus dos Santos Miranda

Professores da Rede Pública e/ou Privada de Ensino do Estado do Pará.
E-mail: fran71jsm@gmail.com

Daiane de Paula Lima da Conceição

Professores da Rede Pública e/ou Privada de Ensino do Estado do Pará.
E-mail: daianedepaula1997@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os desafios e possibilidades da Educação a Distância (EaD) em sua interface com a inclusão digital, considerando sua contribuição para a formação de sujeitos autônomos. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter exploratório, fundamenta-se em revisão bibliográfica crítica, com ênfase em autores que abordam a EaD, as tecnologias digitais e a autonomia discente. Constatou-se que, embora a EaD amplie o acesso à educação, ela não garante, por si só, a formação autônoma dos estudantes, especialmente diante de um cenário marcado por desigualdades sociais e digitais. A literatura aponta que a autonomia não pode ser tratada como pressuposto da modalidade, mas sim como uma construção pedagógica, mediada por ações intencionais e inclusivas. Identificou-se também que a inclusão digital vai além do acesso a equipamentos e conexão, exigindo competências críticas, letramento digital e mediação qualificada. As práticas docentes, quando centradas apenas na transmissão de conteúdos, contribuem para a reprodução de exclusões e dificultam o desenvolvimento da autonomia. A pesquisa aponta, ainda, lacunas nas políticas públicas e na formação de professores para atuação em ambientes virtuais, o que compromete a qualidade da EaD. Conclui-se que, para promover uma EaD verdadeiramente inclusiva e emancipadora, é necessário integrar ações pedagógicas, tecnológicas e políticas que considerem as condições materiais e formativas dos estudantes. O estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de um modelo educacional mais equitativo, comprometido com a justiça social e com a construção de sujeitos críticos e autônomos.

Palavras-chave: Autonomia; Educação à Distância; Inclusão Digital; Tecnologias Digitais.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and possibilities of Distance Learning (DL) in its interface with digital inclusion, considering its contribution to the formation of autonomous individuals. The research, which is qualitative and exploratory in nature, is based on a critical literature review, with an emphasis on authors who address DL, digital technologies, and student autonomy. It was found that, although distance learning expands access to education, it does not, by itself, guarantee the autonomous training of students, especially in a scenario marked by social and digital inequalities. The literature points out that autonomy cannot be treated as a prerequisite for the modality, but rather as a pedagogical construct, mediated by intentional and inclusive actions. It was also identified that digital inclusion goes beyond access to equipment and connection, requiring critical skills, digital literacy, and qualified mediation. Teaching practices that focus solely on content transmission contribute to the reproduction of exclusion and hinder the development of autonomy. The research also points to gaps in public policies and teacher training for working in virtual environments, which compromises the quality of distance learning. It is concluded that, in order to promote truly inclusive and emancipatory distance learning, it is necessary to integrate pedagogical, technological, and political actions that consider the material and educational conditions of students. The study contributes to the reflection on the need for a more equitable educational model, committed to social justice and the construction of critical and autonomous subjects.

Keywords: Autonomy; Distance Learning; Digital Inclusion; Digital Technologies.



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação a Distância (EaD) tem se consolidado como uma alternativa viável e necessária para a democratização do acesso ao conhecimento, especialmente em contextos geográficos e sociais nos quais o ensino presencial enfrenta limitações estruturais e econômicas (Moran, 2007; Litto; Formiga, 2009). Ao mesmo tempo, a expansão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) redefine as formas de interação, construção de saberes e formação de sujeitos no cenário educacional contemporâneo (PRETTO, 2011). Contudo, a efetiva apropriação dessas tecnologias ainda esbarra em desigualdades estruturais e na persistente exclusão digital, o que compromete o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora (Castells, 1999; Kenski, 2012).

Diversas pesquisas têm apontado os benefícios da EaD no que tange à flexibilidade, autonomia e alcance, destacando seu potencial para atender às necessidades de públicos diversos (Moore; Kearsley, 2011; Belloni, 2009). No entanto, tais estudos frequentemente ignoram ou minimizam os desafios enfrentados por estudantes em situação de vulnerabilidade digital, como o acesso precário à internet, à equipamentos adequados e à letramento digital básico. Além disso, há uma tendência a tratar a autonomia discente como um pressuposto da modalidade, e não como uma competência a ser construída pedagogicamente.

Nesse sentido, este artigo parte da constatação de que, embora a EaD possua um papel estratégico na inclusão educacional, ela também pode aprofundar desigualdades já existentes, caso não sejam consideradas as condições materiais e cognitivas dos sujeitos envolvidos. Assim, questiona-se: como promover uma Educação a Distância que contribua para a inclusão digital e para a formação de sujeitos autônomos? Quais estratégias pedagógicas e políticas públicas são necessárias para transformar a EaD em uma prática verdadeiramente inclusiva?

Com base nesses questionamentos, este estudo propõe-se a discutir os desafios e possibilidades da articulação entre EaD e inclusão digital, analisando em que medida essa integração pode contribuir para a formação de sujeitos autônomos. A pesquisa está ancorada em uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise crítica de documentos e autores que discutem o tema.

Os principais resultados indicam que, embora a EaD disponha de recursos e potencialidades para promover a autonomia discente, sua eficácia depende diretamente da superação de barreiras relacionadas à exclusão digital e da adoção de metodologias que favoreçam a mediação crítica e reflexiva. O artigo está estruturado da seguinte forma: na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico que embasa a discussão; em seguida, são expostos os procedimentos metodológicos; posteriormente, discute-se os principais resultados e, por fim, apresentam-se as considerações finais com sugestões de encaminhamentos futuros.



2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e interpretativo, com o objetivo de compreender os desafios e possibilidades da Educação a Distância (EaD) em sua interface com a inclusão digital, na perspectiva da formação de sujeitos autônomos. A escolha por esse delineamento se justifica pela necessidade de investigar um fenômeno social complexo, cuja análise não pode ser reduzida a dados quantitativos ou a relações causais lineares (Minayo, 2001).

O procedimento metodológico adotado fundamenta-se em uma revisão bibliográfica crítica, baseada na análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem a temática da EaD, inclusão digital, autonomia e mediação pedagógica. Foram consultadas bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico e CAPES, utilizando os descritores: “educação a distância”, “inclusão digital”, “autonomia”, “mediação pedagógica” e “tecnologias digitais”.

A seleção das fontes priorizou publicações entre os anos de 2007 e 2023, contemplando autores nacionais e internacionais reconhecidos na área. Entre os critérios de inclusão, destacam-se a relevância teórica, a atualidade da discussão e a coerência com os objetivos da pesquisa. Foram analisados artigos científicos, livros, dissertações e teses que abordam criticamente a implementação e os impactos da EaD em contextos diversos.

A análise dos textos foi orientada por categorias temáticas previamente definidas: 1) o papel das tecnologias digitais na EaD; 2) inclusão digital e exclusão social; 3) formação da autonomia discente; e 4) estratégias pedagógicas inclusivas. O diálogo entre os autores selecionados permitiu a identificação de convergências e tensões teóricas, bem como lacunas na literatura que justificam a pertinência da presente investigação.

O rigor metodológico foi garantido por meio da triangulação teórica e da constante validação das interpretações frente às evidências documentais. Embora não tenha sido realizada pesquisa de campo, a densidade teórica alcançada com o levantamento bibliográfico oferece uma base sólida para reflexões e proposições no campo da educação a distância.

A pesquisa respeita os princípios éticos da produção acadêmica, assegurando o devido crédito às ideias e contribuições dos autores citados, conforme exigido pelas normas da abnt. A análise desenvolvida busca não apenas sistematizar o conhecimento já existente, mas também contribuir criticamente para o avanço do debate sobre a inclusão digital e a formação de sujeitos autônomos no contexto da EaD.



3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

A educação a distância, enquanto modalidade educacional mediada por tecnologias, carrega em sua essência a necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas tradicionais. Segundo Belloni (2009), “a EaD exige que se repensem os papéis do professor, do aluno e da própria instituição de ensino”. Essa reconfiguração passa necessariamente pela mediação pedagógica como elemento central da aprendizagem.

A mediação na EaD não se limita ao uso instrumental das tecnologias, mas demanda um compromisso com a construção de sentidos, o estímulo à reflexão crítica e à autonomia dos sujeitos. de acordo com Valente (2005), “as tecnologias, por si só, não garantem aprendizagem significativa; é necessário um projeto pedagógico que dê sentido ao seu uso”. Assim, o papel do professor mediador torna-se essencial para a formação de estudantes autônomos.

A autonomia, nesse contexto, deve ser compreendida como um processo em construção e não como uma condição pré-existente ao ingresso na EaD. segundo Santos (2010), “a autonomia não é um ponto de partida, mas uma conquista que se realiza na experiência educativa”. Tal perspectiva rompe com a ideia de que o estudante da EaD já possui habilidades de autogestão e organização, desconsiderando suas trajetórias e desigualdades.

A mediação pedagógica na EaD deve, portanto, ser intencional, planejada e sensível às múltiplas realidades dos alunos. como destaca Moran (2007), “o professor na educação a distância precisa ser um facilitador da aprendizagem, alguém que cria condições para que o aluno aprenda de forma ativa e responsável”. A construção dessa mediação exige formação docente contínua e comprometida com práticas inclusivas.

Além disso, o desenho pedagógico dos cursos deve contemplar estratégias que favoreçam o engajamento ativo dos estudantes, como fóruns de discussão, atividades colaborativas e feedbacks significativos. tais recursos são fundamentais para combater a sensação de isolamento, frequentemente relatada pelos alunos da EaD (Moore; Kearsley, 2011).

No entanto, grande parte das práticas ainda se sustenta em modelos transmissivos, nos quais o conteúdo é centralizado e a participação do aluno é limitada à execução de tarefas. segundo Litto e Formiga (2009), “a efetiva inovação pedagógica na EaD ainda é um desafio para muitas instituições, que replicam modelos tradicionais em ambientes virtuais”.

Essa lacuna evidencia a necessidade de um investimento mais sólido na formação de professores e no desenvolvimento de metodologias voltadas à autonomia discente. como afirma Kenski (2012), “formar sujeitos autônomos exige mais do que disponibilizar conteúdos online; é preciso transformar a lógica do ensino”.



Dessa forma, compreender a mediação pedagógica como um processo dialógico e inclusivo é essencial para que a EaD cumpra sua função social e contribua para a formação de sujeitos críticos e autônomos, preparados para atuar em uma sociedade cada vez mais conectada e complexa.

3.2 INCLUSÃO DIGITAL E DESIGUALDADES NO ACESSO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A inclusão digital é condição indispensável para o pleno aproveitamento das oportunidades educacionais oferecidas pela EaD. No entanto, o cenário brasileiro ainda apresenta grandes disparidades no acesso às tecnologias, especialmente entre populações de baixa renda, moradores de zonas rurais e grupos historicamente marginalizados. segundo Castells (1999), “a exclusão digital é uma extensão da exclusão social”.

A ideia de que o simples acesso a equipamentos e internet configura inclusão digital é limitada. como pontua Pretto (2011), “inclusão digital não é apenas dar acesso, mas possibilitar o uso crítico, criativo e emancipador das tecnologias”. Dessa forma, é preciso compreender que a inclusão passa por processos formativos e pelo desenvolvimento de competências para o uso consciente das ferramentas digitais.

As políticas públicas voltadas à inclusão digital têm avançado de forma desigual. Programas como o ProUCA e o Gesac, embora importantes, não alcançaram plenamente seu objetivo de garantir acesso universal e qualificado às tecnologias (Almeida, 2013). A ausência de uma política de continuidade e avaliação crítica limita seus impactos na promoção da equidade educacional.

Além disso, a infraestrutura tecnológica das escolas e dos lares brasileiros ainda é precária, o que impede a efetiva participação de muitos estudantes em ambientes virtuais de aprendizagem. segundo o Cetic.br (2021), mais de 30% dos domicílios brasileiros com crianças em idade escolar não possuem acesso à internet de qualidade. Esse dado escancara as barreiras à educação mediada por tecnologias.

O discurso da inovação e da modernização tecnológica na educação muitas vezes oculta essas desigualdades, criando uma falsa ideia de universalização do acesso. como alerta freire (1996), “não basta disponibilizar meios; é necessário criar condições para que todos possam deles se apropriar criticamente”. Essa apropriação crítica está diretamente relacionada à formação de sujeitos autônomos e conscientes.

Outro aspecto relevante é o letramento digital, entendido como a capacidade de interpretar, produzir e interagir criticamente em ambientes digitais. segundo Xavier (2012), “a ausência de letramento digital compromete a aprendizagem na EaD, tornando o ambiente virtual excludente para muitos alunos”. Assim, a inclusão digital deve ser pensada de forma integrada à política educacional.

A desigualdade digital também afeta a qualidade da mediação pedagógica, pois muitos professores não possuem formação adequada para atuar em ambientes virtuais. como indica Belatto (2020), “a formação docente ainda é um gargalo para a efetivação da EaD com qualidade e inclusão”. Investir na capacitação contínua é, portanto, essencial para reverter esse quadro.



Portanto, discutir inclusão digital no contexto da EaD é discutir justiça social. É reconhecer que a autonomia, enquanto objetivo da educação, só pode ser plenamente alcançada se forem criadas condições materiais, pedagógicas e políticas para que todos os sujeitos possam aprender, se expressar e participar de forma ativa e crítica nos ambientes virtuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar os desafios e possibilidades da Educação a Distância (EaD) em sua articulação com a inclusão digital, com foco na formação de sujeitos autônomos. A partir da revisão bibliográfica, evidenciou-se que, embora a EaD represente uma importante estratégia para democratizar o acesso ao conhecimento, sua eficácia está condicionada à superação de barreiras estruturais, tecnológicas e pedagógicas.

Ficou evidente que a autonomia discente, frequentemente apontada como uma vantagem da modalidade, não pode ser pressuposta, mas deve ser construída ao longo do processo educativo por meio de mediações pedagógicas eficazes, planejadas e sensíveis às realidades dos alunos. A presença de práticas ainda marcadas por modelos transmissivos compromete esse objetivo e reforça a necessidade de reformulação das metodologias adotadas na EaD.

No que diz respeito à inclusão digital, constatou-se que o acesso às tecnologias, embora fundamental, é insuficiente se não for acompanhado de políticas públicas que promovam o letramento digital e o uso crítico das ferramentas disponíveis. A exclusão digital, como extensão da exclusão social, perpetua desigualdades que contradizem os princípios de equidade e justiça que deveriam nortear a educação.

As lacunas identificadas na literatura e nas práticas educacionais indicam que há um longo caminho a ser percorrido para que a EaD se torne verdadeiramente inclusiva e emancipadora. A formação docente contínua, a criação de ambientes virtuais interativos e acessíveis, e o fortalecimento de políticas públicas integradas são algumas das medidas necessárias para alcançar esse objetivo.

Assim, conclui-se que a efetiva integração entre EaD e inclusão digital deve ir além do uso instrumental das tecnologias, promovendo uma pedagogia que valorize a autonomia, o pensamento crítico e a participação ativa dos estudantes. Somente dessa forma será possível consolidar uma educação a distância comprometida com a formação integral dos sujeitos e com a transformação social.

Este artigo contribui para o debate ao evidenciar que a superação dos desafios da EaD não depende apenas de inovações tecnológicas, mas principalmente de ações pedagógicas e políticas que reconheçam a diversidade e promovam a equidade. Espera-se que este estudo inspire novas investigações e práticas voltadas à construção de uma EaD mais justa, crítica e transformadora.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Tecnologia e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes na escola? Campinas: Papirus, 2013.
- BELLATTO, Ronildo. Formação docente para o uso das TDIC: desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. 2, p. 657–674, 2020.
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CETIC.BR. TIC domicílios 2021: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cetic.br>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: uma visão integrada. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.
- PRETTO, Nelson De Luca. Inclusão digital: política, educação e redes. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237–280, 2002.
- VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 2005.
- XAVIER, Antônio Carlos. Letramento digital e inclusão: um desafio para o professor. *Revista Educar em Revista*, Curitiba, n. 44, p. 223–239, 2012.